

ÍNDICE GERAL

1ª PARTE PROCESSO DE CONHECIMENTO

Introdução	3
1. Processo de conhecimento ou de cognição	3
2. O procedimento na fase de cognição	4
3. Estrutura geral do processo de conhecimento de primeiro grau	4
4. As etapas do procedimento	5
5. Etapas do procedimento ordinário	6
6. Estrutura do procedimento sumário	7
7. Estrutura dos procedimentos especiais	7
8. Procedimento em grau superior.	8

PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Primeiro grau de jurisdição)

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Capítulo I – Etapa postulatória	11
§ 1º – A demanda	11
I. Noções fundamentais	11
II. O pedido	12
III. Espécies de pedido	12
IV. Modificações do pedido	14
V. Cumulação de pedidos	14
VI. <i>A causa petendi</i>	17
VII. A petição inicial	18
VIII. O valor da causa	19
IX. Ajuizamento e distribuição da petição inicial	21
§ 2º – O despacho liminar	23
I. Objeto do despacho liminar	23
II. Natureza do despacho liminar	24
III. Despacho liminar de conteúdo negativo	24
IV. Despacho liminar de conteúdo positivo	26

§ 3º – Citação do réu	27
I. Generalidades	27
II. Modalidades da citação	28
III. Impedimentos à citação	31
IV. Efeitos da citação	32
V. Momento de produção dos efeitos nos casos de falta e de nulidade da citação	35
VI. Repetição e renovação da citação	36
§ 4º – Resposta do réu.	36
I. Generalidades	36
II. Contestação	38
III. Exceções.	41
IV. Reconvenção	44
V. Outras possíveis atitudes do réu.	47
Capítulo II – Etapa de saneamento	49
§ 5º – As providências preliminares	49
I. Generalidades	49
II. Enumeração das providências preliminares.	50
§ 6º – A decisão de saneamento.	51
I. Conceito e natureza	51
II. Objeto	52
III. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento	53
Capítulo III – Etapa instrutória	55
§ 7º – O procedimento probatório em geral.	55
I. Noções introdutórias	55
II. Proposição, admissão e determinação de provas	55
§ 8º – A produção das provas em espécie.	57
I. Depoimento pessoal da parte	57
II. Confissão	59
III. Exibição de documento ou coisa	60
IV. Prova documental	62
V. Prova testemunhal	63
VI. Prova pericial	69
VII. Inspeção judicial.	73
Capítulo IV – Etapa decisória	77
§ 9º – Audiência de instrução e julgamento.	77
I. Generalidades	77
II. Características e estrutura da audiência	77
III. Adiamento e antecipação da audiência	79
IV. A tentativa de conciliação	80
V. O juiz na audiência de instrução e julgamento	82
§ 10 – Julgamento em primeiro grau	83
I. Generalidades	83
II. Publicação e intimação da sentença	84
III. Resolução do mérito em primeiro grau sem realização de audiência.	86
IV. Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional	87

V. Situação do processo após a resolução do mérito em primeiro grau	87
Capítulo V – Modificações do procedimento ordinário	91
§ 11 – Cumulatividade superveniente	91
I. Generalidades	91
II. Ação declaratória incidental.	92
§ 12 – Abreviação do procedimento	95
I. Resolução do mérito na fase de saneamento	95
II. Extinção do processo com resolução do mérito.	96
III. Julgamento antecipado da lide	97
IV. Conciliação das partes na etapa de saneamento.	98

PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Capítulo único	101
§ 13 – Âmbito de incidência	101
I. Delimitação	101
II. Exclusão do procedimento ordinário	102
§ 14 – Estrutura do procedimento	104
I. Generalidades	104
II. A demanda	105
III. Despacho liminar e citação do réu	105
IV. Tentativa de conciliação.	106
V. Resposta do réu	107
VI. Atividade de instrução	108
VII. Julgamento da causa.	109
VIII. Recursos.	111

RECURSOS

Capítulo I – Generalidades	113
§ 15 – Conceito e classificações	113
I. Os recursos como meios de impugnação das decisões judiciais	113
II. Classificações dos recursos	114
§ 16 – Admissibilidade e mérito	115
I. Distinção entre os conceitos.	115
II. Juízo de admissibilidade	116
III. Juízo de mérito	121
§ 17 – Efeitos dos recursos	122
I. Efeitos da interposição	122
II. Cessação dos efeitos da interposição	124
III. Efeitos do julgamento	127
§ 18 – O sistema de recursos: visão de conjunto	128
I. Enumeração dos recursos	128
II. Distribuição dos recursos conforme os atos impugnados	129
Capítulo II – Os recursos em espécie	131
§ 19 – Apelação	131
I. Requisitos de admissibilidade.	131
II. Efeitos da interposição	133
III. Questões novas no juízo da apelação	135

IV. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	137
V. Procedimento no tribunal	139
§ 20 – Agravo	143
I. Requisitos de admissibilidade	143
II. Efeitos da interposição	145
III. Regimes	146
IV. Procedimento	146
§ 21 – Embargos infringentes	149
I. Requisitos de admissibilidade	149
II. Efeitos da interposição	150
III. Procedimento	152
IV. Embargos infringentes contra decisão de primeiro grau	154
§ 22 – Embargos de declaração	155
I. Requisitos de admissibilidade	155
II. Efeitos da interposição	156
III. Procedimento	157
§ 23 – Recurso ordinário constitucional	157
I. Requisitos de admissibilidade	157
II. Efeitos da interposição e procedimento	158
§ 24 – Recurso especial	159
I. Requisitos de admissibilidade	159
II. Efeitos da interposição	160
III. Procedimento	161
§ 25 – Recurso extraordinário	163
I. Requisitos de admissibilidade	163
II. Efeitos da interposição	166
III. Procedimento no tribunal recorrido	167
IV. Procedimento no Supremo Tribunal Federal	169
V. Recurso extraordinário (e/ou especial) retido	172
§ 26 – Embargos no Supremo Tribunal Federal	173
I. Visão de conjunto	173
II. Embargos de divergência	174
III. Embargos infringentes	174
IV. Embargos de declaração	175
Capítulo III – Incidentes no julgamento de grau superior	177
§ 27 – Uniformização da jurisprudência	177
I. Generalidades	177
II. Pressupostos	177
III. Procedimento	178
§ 28 – Declaração de inconstitucionalidade	181
I. Generalidades	181
II. Pressupostos	182
III. Procedimento	183

LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I – Liquidação da sentença	189
---	-----

§ 29 – Cabimento e características gerais	189
I. Cabimento e natureza	189
II. Características gerais	190
§ 30 – Modalidades	191
I. Generalidades	191
II. Liquidação por arbitramento	191
III. Liquidação por artigos	192
Capítulo II – Cumprimento da sentença	193
§ 31 – Cumprimento da sentença nos casos de obrigação não pecuniária	193
I. Generalidades	193
II. Cumprimento da sentença no caso de obrigação de fazer ou não fazer	193
III. Cumprimento da sentença no caso de entrega de coisa	194
§ 32 – Cumprimento da sentença no caso de obrigação pecuniária	195
I. Generalidades	195
II. Início da fase executiva	195
III. Despacho liminar	197
IV. Procedimento subsequente	197
V. Cominação de multa	198
VI. Impugnação do executado	199

2ª PARTE PROCESSO DE EXECUÇÃO

Introdução	205
1. Processo de execução	205
2. Espécies de execução	206
3. O procedimento no processo de execução	211
4. Instauração do processo de execução	212
5. Execução de obrigação alternativa	213
EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA	
Capítulo único	215
§ 1º – Entrega de coisa certa	215
I. Generalidades	215
II. Linhas fundamentais do procedimento	216
III. Casos especiais	217
§ 2º – Entrega de coisa incerta	218
I. Generalidades	218
II. Procedimento	219
EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	
Capítulo I – Meios de sub-rogação	221
§ 3º – Execução das obrigações de fazer	221
I. Generalidades	221
II. Execução das obrigações com prestação fungível	222
III. Execução das obrigações com prestação infungível	224
IV. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade	225

§ 4º – Execução das obrigações de não fazer	226
I. Generalidades	226
II. Procedimento	227
Capítulo II – Meios de coerção	229
§ 5º – Generalidades	229
I. Razão de ser e natureza	229
II. Campo de aplicação	230
§ 6º – Modo de atuação	230
I. Aplicabilidade conforme o caso	230
II. Procedimento	231
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	
Capítulo I – Execução por quantia certa contra devedor solvente	233
§ 7º – Generalidades	233
I. Campo de aplicação	233
II. Modalidades e estrutura	234
§ 8º – Apreensão de bens	237
I. Penhora: conceito e objeto	237
II. Procedimento da penhora	241
III. Efeitos da penhora	245
IV. Modificações da penhora	246
V. Destino dos bens penhorados	248
§ 9º – Avaliação	250
I. Generalidades	250
II. Procedimento	250
§ 10 – Expropriação	252
I. Generalidades	252
II. Adjudicação	253
III. Alienação por iniciativa particular	256
IV. Arrematação	258
§ 11 – Pagamento ao credor	266
I. Generalidades	266
II. Entrega de dinheiro	267
III. Usufruto de móvel ou imóvel	269
§ 12 – Modalidades especiais de execução por quantia certa contra devedor solvente	271
I. Execução contra a Fazenda Pública	271
II. Execução de prestação alimentícia	272
III. Execução fiscal	275
Capítulo II – Execução por quantia certa contra devedor insolvente	279
§ 13 – Generalidades	279
I. Pressupostos	279
II. Estrutura geral	280
§ 14 – Declaração da insolvência	280
I. Pressupostos	280

II. Insolvência requerida por credor	281
III. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	283
IV. A sentença e seus efeitos	284
§ 15 – A execução universal	285
I. Generalidades	285
II. Verificação e classificação dos créditos	287
III. Pagamento dos credores	289
IV. Situação dos credores retardatários	289
§ 16 – Extinção das obrigações	291
I. Generalidades	291
II. Procedimento	292
III. A sentença e seus efeitos	293

EMBARGOS DO DEVEDOR

Capítulo único	295
§ 17 – Generalidades	295
I. Conceito e natureza	295
II. Requisitos de admissibilidade	296
III. Juízo competente	297
§ 18 – Espécies e fundamentos	298
I. Espécies de embargos	298
II. Fundamentos dos embargos	300
§ 19 – Procedimento	303
I. Fase postulatória	303
II. Julgamento dos embargos	305

3ª PARTE PROCESSO CAUTELAR

Introdução	309
1. Processo cautelar: noção	309
2. Características gerais	309
3. Estrutura do Livro III	310
Capítulo único – Procedimento comum	313
§ 1º – Estrutura do procedimento	313
I. Características gerais	313
II. A demanda	314
III. O despacho liminar	315
IV. Citação e defesa do réu	315
V. Procedimento após a fase postulatória	316
VI. Fase decisória	318
§ 2º – Questões particulares	318
I. Substituição, modificação e revogação da medida cautelar	318
II. Duração da eficácia da medida cautelar	319